



3058 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL NO ACRE
Elverence Vieira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RESUMO:

Este artigo parte de um projeto de pesquisa de pós-graduação em Educação, na linha de formação de professores e trabalho docente. O objetivo é discutir aspectos da modalidade de Educação do Campo, entendendo as bases dessa modalidade de ensino, tomando como lócus de análise, os assentamentos rurais familiares em Rio Branco. As relações que se configuram no campo caracterizam parte da formação importante da identidade dos alunos das escolas rurais. Por isso a discussão aqui, se faz pensando como esses espaços dotados de conteúdos – importantes à Geografia e aos sujeitos do campo – podem direcionar esse aprendizado, tornando-o mais palpável e de acordo com a realidade. A reflexão sobre o modo de vida dos moradores do campo em sua relação com o processo educacional um dos aspectos fundamentais de sua resistência. Neste espaço, o objetivo é discutir possibilidades existentes para a construção de uma verdadeira educação do campo e para isso fazemos uso da Geografia que é uma ciência abrangente, que estuda as relações sociais que se configuram num determinado espaço/território.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Assentamentos rurais familiares. Ensino de Geografia.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL NO ACRE

Elverence Vieira da Silva

Resumo

Este artigo parte de um projeto de pesquisa de pós-graduação em Educação, na linha de formação de professores e trabalho docente. O objetivo é discutir aspectos da modalidade de Educação do Campo, entendendo as bases dessa modalidade de ensino, tomando como lócus de análise, os assentamentos rurais familiares em Rio Branco. As relações que se configuram no campo caracterizam parte da formação importante da identidade dos alunos das escolas rurais. Por isso a discussão aqui, se faz pensando como esses espaços dotados de conteúdos – importantes à Geografia e aos sujeitos do campo – podem direcionar esse aprendizado, tornando-o mais palpável e de acordo com a realidade. A reflexão sobre o modo de vida dos moradores do campo em sua relação com o processo educacional um dos aspectos fundamentais de sua resistência. Neste espaço, o objetivo é discutir possibilidades existentes para a construção de uma verdadeira educação do campo e para isso fazemos uso da Geografia que é uma ciência abrangente, que estuda as relações sociais que se configuram num determinado espaço/território. Neste caso, o campo e a construção de uma educação contextualizada são foco de nossa análise e reflexão. O texto a seguir é fragmento das primeiras leituras sobre o tema em questão, portanto, as análises e discussões encontram-se em processo de definição e busca de um foco na pesquisa. A metodologia do trabalho é qualitativa, priorizando a apreensão das manifestações sociais, culturais e políticas que fazem parte desse tipo de estudos, com isso buscamos em entrevistas semi-estruturadas, relatórios de observação e questionários, responder o alcance desse projeto.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Assentamentos rurais familiares. Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto faz parte do processo inicial de uma pesquisa de mestrado, que está vinculado ao programa de pós-graduação em Educação, na linha de formação de professores e trabalho docente. Desse modo, trata-se de uma pesquisa inicial, com vistas a definição do foco de análise e sua relação com as disciplinas e discussão realizadas no âmbito do programa de pós-graduação. Esse estudo, portanto parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema e das primeiras aproximações com o objeto de pesquisa, buscando entender algumas questões sobre a Educação que ocorre no Campo.

A educação em si, sempre foi um tema muito relevante, no sentido de entender algumas questões sociais, que envolvem um país como o Brasil, com muitas desigualdades regionais, as formas de resistência, de sobrevivência e como isso se manifesta na diversidade educacional em diferentes territórios.

A abordagem do tema sobre a Educação do Campo se faz na perspectiva de entender como espaços do campo brasileiro são fecundo de bases educacionais potencializadoras, no processo de formação de sujeitos críticos e conhecedores de sua realidade. Isso se justifica pela condição histórica de desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, uma vez que até o início do século XX este era um país agrário-exportador, portanto a condição de ser e se reproduzir de sua população era essencialmente agrário, no entanto, a educação no campo enfrentou sempre muitas dificuldades em relação ao acesso, bem como a manutenção no processo de formação de suas populações.

A Educação do Campo lança um novo olhar sobre o projeto educacional, que vê nas áreas rurais a possibilidade de um desenvolvimento escolar que vá além do acesso, mas que permita a construção de fazer pedagógico contextualizado com a riqueza histórico-cultural que existe no campo.

A concepção de Educação do Campo que temos trabalhado refere-se a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola. Assim, a identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores [...] (SILVA, 2006, p. 61).

Assim, este artigo, é fruto das primeiras leituras sobre Educação do Campo, entendendo-a como fruto dos movimentos sociais brasileiros, que lutam pela terra numa perspectiva tê-la como espaço de trabalho e de sobrevivência familiar. Neste sentido, a Educação do Campo, torna-se uma perspectiva de legitimar o modo de vida que surgem e persistem no campo.

Com referência ao método, buscamos realizar as abordagens sobre o objeto de estudo a partir de uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (2015, p. 21).

Assim, encontramos na pesquisa qualitativa a possibilidade de entender as diversidades educacionais existentes no campo, no que ela se iguala e no que se distancia da educação da cidade, que aspectos são relevantes no sentido de constituir elementos possíveis para fomentar uma educação que surge a partir do campo.

Em referência ao lócus de estudo, buscamos nos assentamentos rurais familiares da cidade de Rio Branco, que correspondem uma forma de produzir e reproduzir a lógica de sobrevivência familiar. Os assentamentos rurais em Rio Branco e em todo o Estado do Acre são uma política de retorno ao campo, de famílias que foram expropriadas de suas terras em períodos passados, assim, a sua lógica de ocupação, guardam aspectos da resistência dos trabalhadores do campo, pela terra de trabalho, muito embora, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não tenham se territorializado no Estado.

2. Educação do Campo: marcos históricos importantes

A Educação do Campo é um assunto relativamente novo da história da educação no Brasil, mesmo diante das manifestações dos sujeitos do campo, por um projeto educacional mais condizente com seus espaços e que ocorresse não apenas no campo, mas a partir dele. Somente em 2002, foram estabelecidas as "Leis de Diretrizes e Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo" (MUNARIM, 2006, p. 18). São as primeiras conquistas, abrindo ponto para o reconhecimento do Estado sobre a necessidade de atender as organizações e movimentos sociais do campo, que lutam por um projeto educacional em contexto com as realidades diversas das populações que vivem em áreas rurais.

A partir dos Encontros Nacionais e Conferências que reuniram pesquisadores e organizações ligadas ao movimentos sociais as discussões sobre a necessidade de se estabelecer uma política de Educação do Campo se tornaram mais acirradas, mas só assume o caráter de modalidade de ensino a partir de 2010. A principal reivindicação vem da ideia de que a educação nas áreas rurais assumem um caráter assistencialista (LIMA; COSTA; FERREIRA, 2017, p. 1130), não estando articulada com a realidade em que ela está inserida. A preocupação de inserir na organização do fazer pedagógico, a perspectiva do que é ser um aluno morador do campo, as políticas de regularização e acesso a terra, a condição de refletir sobre a necessidade da manutenção dos sujeitos do campo, numa lógica de resistência pela manutenção da terra de trabalho.

Assim, diferenciamos o termo Educação no Campo e Educação do Campo, no qual o primeiro termo está relacionado ao direito dos sujeitos do campo obterem educação nas áreas rurais e o segundo termo refere-se a forma de ensinar nas escolas do campo, reivindicando uma educação contextualizada com o espaço de vivência, valorizando suas especificidades sociais.

A luta por políticas públicas que possa corrigir a distorção histórica do acesso a educação no campo e na cidade, surgem movimentos importantes, que ajudam a pensar numa educação que tenha bases no campo, um dos principais expoentes de busca por esse direito a educação do campo é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que surge em 1998, com o objetivo de constituir esse processo educacional nos assentamentos rurais oriundos de Reforma Agrária (RAMOS, 2015, p. 51).

A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo (FERNANDES, 2006, p. 28).

Embora a abordagem deste projeto esteja voltado para as séries iniciais, entendemos que a Educação do Campo é parte de um movimento político, que busca legitimar as formas de ocupação do campo, na perspectiva da Reforma Agrária, do trabalho familiar e que deve acontecer também na escola, com vistas à formação dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo, alunos, professores e a comunidade dos assentamentos.

3. A educação em áreas de assentamento familiar rural

O campo brasileiro é lócus de um ritmo de vida diferenciado, mas nem por isso menos importante – a forma de trabalho, a cultura do homem do campo, suas tradições devem ser consideradas em suas especificidades, tão importantes quanto às relações que se desenvolvem na cidade. Porém, em muitos aspectos isso acaba sendo negligenciado e no que se refere à educação, o que temos observado é que lhe falta uma aproximação com o espaço em que se faz. No espaço agrário a escola encontra importantes desafios no desenvolvimento de suas atividades, isto deve ser visto considerando que os conteúdos escolares, em geral, estão voltados para uma realidade urbana e que o campo, dificilmente é considerado como detentor de um conteúdo possível de ser compreendido a partir dos estudos, já nas séries iniciais do ensino fundamental. Neste sentido, na relação de ensino-aprendizagem, professores e alunos, em geral, se vêem diante de um conteúdo que não condiz com o seu cotidiano vivido.

Concebendo a máxima de que o espaço vivido deve servir de fundamentação para a compreensão do que é estudado, temos visto em trabalhos de pesquisas realizados em áreas de assentamentos, que a escola tem estado um tanto distante da realidade local. Referimos a capacidade de desenvolver as habilidades que ajudem seus alunos a interagir diretamente na compreensão do meio em que vivem.

Essa capacidade de estudo que possibilite uma compreensão e conseqüentemente, uma maior participação da escola na formação de um ambiente local, é um projeto que surge voltado educacional para os sujeitos moradores do campo, em que pese o contexto de sua formação: a sua diversidade de produção, de recursos naturais, de culturas e de possibilidades de desenvolvimento possíveis para os verdadeiros sujeitos do campo e da floresta.

Tomamos para esta reflexão a importância de uma educação do campo e da floresta porque teremos como recorte espacial assentamentos rurais familiares que estão inseridos na lógica amazônica, na qual o campo é caracterizado pelas atividades extrativistas, pela agricultura, pela pecuária entre outras atividades diversas que aí são praticadas. Quando referimos à floresta, destacamos a vocação dos trabalhadores nordestinos que

migraram para a região em busca de riquezas e que encontraram aqui uma realidade diferente, mas que conseguiram estabelecer ao longo do tempo uma relação de sobrevivência com este espaço, a partir do extrativismo da borracha e de outros produtos, que garantiram-lhes o trabalho e o sustento de sua família.

Embora inicialmente, esta relação com a floresta tenha representado a exploração destes trabalhadores, posteriormente, a condição de ser seringueiro passou a denominar a luta pela terra de trabalho, a resistência e a sustentabilidade a partir do qual estes estabeleceram as novas bases de um ser rural. Nos diversos aspectos que permeiam a caracterização da Amazônia, surge então o homem da floresta, que sobrevive do extrativismo, mas que incorpora também, aspectos de agricultor familiar, portanto, aqui tratamos também desses trabalhadores.

É pelo reconhecimento da legitimidade dessas relações que se configuraram na Amazônia e pensando especialmente na educação de suas gentes, que buscamos aqui refletir sobre um projeto educacional que não esteja apenas aliado ao desenvolvimento econômico, mas sim, na apropriação do espaço em que vivem como parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem nas escolas rurais.

Dessa forma, o espaço torna-se produto social, que é produzido a partir do trabalho e das lutas de suas gentes. Dos conflitos desses atores sociais produz-se o território que, neste caso, é reflexo não de uma criação política, mas de uma ação social. Nessa lógica Haesbaert (2005, p. 01) aponta a seguinte conclusão: "Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação", tomando essa referência do autor, buscamos entender um projeto de educação possível. Logo, quando tratamos de educação do campo, estamos discutindo aspectos da multiplicidade dos atores locais envolvidos nesse processo.

A concepção de Educação do Campo que temos trabalhado refere-se a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola. Assim, a identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores [...] (SILVA, 2006, p. 61).

A partir do reconhecimento do seu espaço, enquanto detentor de conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem toma a referência do local para a compreensão de aspectos mais amplos que envolvem a sociedade e outros espaços. Isto não significa uma fragmentação do espaço, estudando-lo de forma separada, ao contrário, é a tentativa de estabelecer um aprendizado a partir escalas lógicas que auxiliam na compreensão dos alunos, especialmente nas séries iniciais.

3.2 A importância da construção da noção de espaço nas séries iniciais

As primeiras noções de espaço ocorrem ainda criança, com o conhecimento do próprio corpo e logo depois do seu entorno, assim:

Seguindo esse processo evolutivo da construção da noção de espaço, o professor deve exercer um trabalho no sentido da estruturação do espaço, pois a criança tem uma visão sincrética do mundo. Para ela os objetos e o espaço que eles ocupam são indissociáveis. A posição de cada objeto é dada em função do todo no qual ele se insere. E a criança percebe esse todo e não cada parte distintamente. Por esse motivo para crianças pequenas (até aproximadamente 6 anos), a localização e o deslocamento de elementos são definidos a partir de referenciais dela, de sua própria posição (ALMEIDA; PASSINI, 1989, p. 26).

Essa organização da noção de espaço deve ser uma tarefa desenvolvida pelos professores, ainda nas séries iniciais, na qual a Geografia é responsável pela construção desse conceito. Mas, a grande preocupação em relação às séries iniciais não perpassa pela importância dessa formação do aluno, que muitas vezes têm seu aprendizado em Geografia a partir de um emaranhado de textos meramente descritivos e que dividem o mundo em partes aparentemente não integradas.

O ensino de Geografia nas séries iniciais traz um desafio, desde a formação dos professores – que não possuem uma formação aprofundada da disciplina – até a atuação do próprio sistema educacional, que negligencia o ensino de disciplinas como: História, Geografia, Ciências, deixando para trabalhá-las apenas no ciclo que corresponde ao ensino fundamental.

No que se refere ao aluno morador do campo, a sua formação a partir dos conceitos fundamentais da Geografia, fica ainda mais precário, porque mesmo os primeiros contatos com essa disciplina, não diz respeito à sua realidade, trata de um espaço, que para ele até então, é algo abstrato. Dessa forma esses alunos concebem uma visualização do seu espaço próximo como algo que não é contemplado pelos conteúdos trabalhados em sala de aula, portanto, não condizente com o que aprendem como espaço geográfico. No entanto, o espaço geográfico possui uma amplitude de relações sociais, que não podem ser explicadas sob uma única ótica. Neste sentido, Fernandes faz o seguinte apontamento:

O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais entre classes, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão (FERNANDES, 2006, p.32).

O campo, neste caso, é lócus essencial desse processo social de formação e apropriação do espaço, uma vez que concentra as dimensões do produzir, do relacionar, da convivência coletiva e dos conflitos que surgem no campo e pelo campo, enquanto local de sobrevivência. O Estado durante muito tempo promove a desigualdade e a exclusão social desse espaço, por considerá-lo reflexo do atraso e destoante do projeto de modernidade atual.

Neste contexto de marginalização, a educação do campo acaba sendo um reflexo desse paradigma. Durante muito tempo, vista como uma necessidade aleatória e por isso mesmo, menosprezada em sua real importância – a formação de sujeitos críticos de sua realidade e reconhecidos enquanto cidadãos.

Entretanto, a educação do campo, como um projeto do Estado que tem como proposta o desenvolvimento de um projeto educacional diferenciado aos trabalhadores do campo, tem por desafio a construção de uma sociedade que enxerga neste espaço as possibilidades de desenvolvimento,

quebrando com o paradigma de atraso, até então, concebido e disseminado nos projetos estatais para a modernidade.

Retornando à importância da Geografia neste contexto de modernidade e revalorização do campo, muitos aspectos que precisam ser considerados neste projeto, encontram nesta disciplina uma base de formação, em que a produção do espaço, é um elemento essencial de sua análise. Nas séries iniciais, as crianças têm o primeiro acesso às categorias que formam o espaço geográfico: o Espaço Geográfico – o início e fruto de toda a ação humana, no qual estão embutidas todas as demais escalas; o Território – onde se delimitam e se desenvolvem relações de poder do Estado e de grupos sociais específicos, como o próprio movimento social do campo; o Lugar – numa escala mais próxima, de identificação e afetividade, é verdadeiramente o espaço próximo das ações dos grupos, das comunidades, e ainda, por último temos a paisagem como uma imagem dessas ações e das transformações constantes do fazer da sociedade.

O conceito de Espaço Geográfico no processo de ensino-aprendizagem é construído ainda nas séries iniciais levando em consideração as escalas mais próximas, assim como do conhecimento empírico dos alunos, como forma de construir um conceito que seja apropriado por eles.

A referência inicial para a análise anunciada neste tópico é o entendimento de que o ensino visa à aprendizagem ativa dos alunos, atribuindo-se grande importância a saberes, experiências, significados que os alunos já trazem para a sala incluindo, obviamente os conceitos cotidianos. Para além desta primeira consideração, o processo de ensino busca o desenvolvimento, por parte dos alunos, de determinadas capacidades cognitivas e operativas através da formação de conceitos específicos dessa matéria estudada. Para tanto, requer-se o domínio de conceitos específicos dessa matéria e de sua linguagem própria (CAVALCANTI, 1998, p.88).

Durante o período das séries iniciais a relação da criança provém do que é vivenciado por ela, são as fases que Passini e Almeida (1898, p. 26) definem como a "Evolução da Noção de Espaço", as quais são: a noção do espaço vivido, do percebido e o concebido. Neste caso, a importância de levar as crianças a percorrer essas fases de evolução da noção de espaço, é importante fazê-lo a partir de uma linguagem apropriada.

Neste processo de aprendizagem, confrontamos com outra categoria espacial, que é a primeira referência com a qual a criança tem o contato – o lugar, definido como o espaço vivido, valorizado, dotado de significado e afetividade para os alunos. É no local que a criança forma o seu conhecimento empírico, podendo ser utilizado como fonte imediata para a formação de outros conceitos, que para eles são abstratos e distantes, portanto, mais difíceis de serem compreendidos de imediato.

Se a relação entre sujeito e o objeto no processo de conhecimento como um todo tem uma dimensão subjetiva, no caso deste conceito o apelo ao subjetivo parece ser mais forte, uma vez que antes de conceituar os alunos já têm uma experiência direta com o lugar, com o seu lugar. No entanto, não se pode contentar com o conhecimento do aluno apenas no âmbito de seu cotidiano. A compreensão de que lugar só pode ser entendido como expressão da totalidade, inacabada, aberta e em movimento, leva a necessidade de ampliar o entendimento do vivido para o concebido (CAVALCANTI, 1998, p.91).

Nesta etapa as referências que a criança possui são embasadas em conceitos menos complexos, utilizando-se de termos como: dentro, fora, aqui, ali, longe, perto. Na verdade essas são formas de trazer o conhecimento cotidiano para dentro da sala de aula, ampliando a partir daí a capacidade de compreensão que eles têm sobre o espaço geográfico.

Dos conceitos que tratamos aqui, falamos ainda da importância da compreensão e ampliação do conceito de espaço para o entendimento de outras categorias que estão interligadas, no caso, a paisagem e também o território. A construção e compreensão destes conceitos em sala de aula ocorrem a partir de um amadurecimento dos conceitos de espaço e lugar, assim a criança passa a entender as relações sociais, as regras de convivência interpessoal e as demarcações do espaço – essa construção é mais facilitada se for permeada de atividades que tornem possível essa compreensão, atividades que explorem esses conteúdos.

Existem algumas atividades que estimulam esse processo de conhecimento do espaço do entorno pode ocorrer a partir do próprio corpo, estimulando atividades que explorem expressões como: direita, esquerda. A definição dos lugares a partir do que é coletivo e do que é individual, as divisões do espaço que ocorrem na escola, como: as salas de aula, a diretoria, a biblioteca, a cantina, tudo isto ajuda a compreender as dimensões existentes em um espaço próximo e menor como a escola, permitindo o entendimento também das suas hierarquias.

Dadas as bases conceituais do ensino de Geografia, já nas séries iniciais, entendemos que os alunos irão construindo uma visão mais ampliada do seu espaço, como sendo dotados de significados, bem como a sua ligação com outras dimensões. Mesmo sendo, a fase inicial do processo educacional, a criança poderá encontrar elementos mais significativos na compreensão desses conteúdos.

No que diz respeito à educação do campo, buscamos utilizar esses conceitos (espaço, lugar, paisagem, território), que são a base do conhecimento geográfico, como ferramenta que possa valorizar o desenvolvimento do espaço rural, que durante muito tempo esteve a margem do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, que tem como bases urbanas.

No campo encontramos outra realidade educacional, do ponto de vista da cultura, da divisão social do trabalho e mesmo da forma como estes percebem e valorizam o seu espaço de vivência. Neste sentido, o contexto, o entorno desses sujeitos devem ser um aspecto fundamental a ser levado em consideração nesse primeiro momento da educação infantil.

Em geral a educação, nas séries iniciais, é trabalhada por professores que são inseridos nesse contexto, sem ter um contato mais aprofundado e indispensável para o trabalho dessas disciplinas. A relação com as disciplinas de História e Geografia nas séries iniciais acabam ficando comprometida e um tanto superficial, ainda mais quando estas dizem respeito ao seu desenvolvimento no campo. É preciso identificar e reconhecer as dificuldades do Estado, do planejamento educacional e, por conseguinte, dos professores e alunos diante desta realidade.

É fundamental que os educadores – e, no caso particular do planejamento da educação, os técnicos planejadores – considerem que a divisão social do trabalho é determinante das diferentes categorias profissionais no contexto de uma estrutura de produção, das relações estabelecidas pelos sujeitos de práticas produtivas e sociais em função da propriedade, dos meios utilizados no processo de produção e do desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo. No movimento dessas condições concretas (complexas) na sociedade surgem categorias profissionais que, em determinadas situações históricas, representam como os homens são produzidos (CALAZANS, 2010, p. 14).

Assim, podemos identificar um tipo de educação que condiz com os demais aspectos da sociedade brasileira, pensada de "cima para baixo", discutida e planejada longe do contexto de quem interessa. É importante salientar que este processo, não ocorre exclusivamente no campo, também na cidade, os sujeitos que estão diretamente ligados à educação, não são consultados em suas especificidades e necessidades educacionais. Em que pese:

Por isso, quando a educação é pensada e refletida nas leis, nos princípios, na filosofia ou nas políticas se apresenta como um bem, um direito de todos. Curiosamente, os mesmos pseudocidadãos que possuem esse direito social nem sequer são consultados para saber que tipos de educação /educações querem e/ou desejam ou como ela deveria ser. Tudo chega pronto na escola da roça, na favela, nas periferias ou nos centros urbanos (NASCIMENTO, 2009, p. 40).

Quando propomos uma educação e neste caso específico, um ensino de Geografia mais próximo da realidade dos alunos moradores do campo, falamos de um processo de ensino-aprendizagem que se compromete com a análise não apenas do seu espaço como importante, mas que permita compreendê-lo na sua interação com outros espaços – a cidade, o Estado, o país e o mundo.

O papel da Educação e, dentro dessa, o do ensino de Geografia, é trazer à tona as condições necessárias para a evidenciação das contradições da sociedade pelo espaço, para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo e, a partir daí uma outra possibilidade para a condição da existência humana (STRAFORINI, 2001, p. 22).

Pensamos numa educação mais próxima da realidade dos alunos, falamos da capacidade de interação desses conteúdos com a comunidade, com as dificuldades e potencialidades existentes nesses locais. O verdadeiro senso crítico que a atual educação propõe à educação do século XXI, só poderá existir, quando as diferentes realidades do morador do campo e da floresta puderem ser incluídas na formação escolar.

Ao refletirmos sobre a importância da Geografia nas áreas rurais do país, buscamos estabelecer uma relação com a educação que perpassa por outras esferas do saber, do fazer e do pensar. Essa formação escolar que pensamos não está atrelada apenas aos saberes detidos pela escola enquanto instituição, mas permeia outros aspectos da sociedade, pois envolve saberes comunitários, seu processo histórico de formação e sua cultura – são saberes aliados na formação desses alunos. Assim, fazemos um recorte espacial, relacionando esta realidade escolar à região amazônica, onde o espaço agrário tem um lugar especial no seu processo de formação histórica, social e econômica.

3.3 A Amazônia e os Espaços do Campo e da Floresta – o lugar da educação do campo no âmbito regional

A Amazônia considerada a região do Brasil riquíssima em biodiversidade, foi integrada ao país na perspectiva de exploração dos seus recursos. Considerando a formação territorial do Brasil como um todo, a Amazônia em seu processo de ocupação não foge a regra das demais regiões, tendo um processo de integração voltado a interesses econômicos de exploração de seus recursos.

Pelo processo político iniciado no Brasil a partir da década de 1960, a expansão da fronteira envolve o último oeste a ser integrado ao restante do país – a região amazônica. O projeto de integração no país tem seu marco, especialmente durante a ditadura militar, no qual o discurso girava em torno de uma política de proteção das fronteiras do Brasil. Assim a Amazônia entrava como uma enorme fronteira de recursos a ser integrada ao restante do país.

Dos processos que marcam os ciclos de desenvolvimento da região amazônica, primeiramente, temos a visão de fronteira de recursos até meados da década de 1980 e mais recentemente a mudança para uma visão mais voltada para a preservação dos recursos, na década de 1990, quando passa a ser vista como fronteira de capital natural.

A educação nesta região perpassa por esses processos, por estes ciclos econômicos, sendo um reflexo da situação da Amazônia. Quando considerada enquanto fronteira de recursos, a Amazônia passa por muitos conflitos territoriais, buscando legitimar um ritmo de vida diferenciado do homem da floresta, que se desenvolve a partir de uma lógica, que não é a do capital, mas que obedece a uma lógica de convivência com a floresta, tendo nesta o seu local de trabalho.

Referimos aqui, o período da atividade extrativista na Amazônia, quando a borracha representava a base econômica dessa região e posteriormente, o período de crise dessa economia e tentativa de modernização com a atividade pecuarista

O período que corresponde às décadas de 1970 e 1980 marca uma mudança significativa na forma de desenvolvimento econômico e social da população, uma vez que a política desenvolvimentista do Brasil atinge a Amazônia visando sua modernização e integração ao restante do país. Neste sentido, a prioridade do projeto de modernização abre a necessidade de consolidar na sociedade nesse processo que perpassa pela formação social diferenciada, voltado para o novo projeto econômico em ascensão.

Como já vinculamos os processos econômicos em curso no Brasil, damos aqui pistas de como a educação se vincula a esses processos de resistência na Amazônia, sendo uma ferramenta a favor desses sujeitos, que vêm o campo como locus de desenvolvimento e sobrevivência possível para sua família. Com a legitimação da terra, o direito a educação é o que dá a esperança de outra realidade possível é a perspectiva de permanência no campo, não como última possibilidade de sobrevivência, mas como locus de desenvolvimento e de aprendizagem e valorização.

Mas, quando falamos do campo na Amazônia, vemos um cenário de diversidades desses sujeitos do campo, no qual encontramos o trabalhador extrativista, o indígena, o pecuarista, os agricultores familiares, entre outras realidades, que fazem parte dessa formação territorial da Amazônia e, portanto, deve ser integrada à educação como elemento que explica a origem e a transformação desse espaço regional.

Na Amazônia Acriana, que é locus desta pesquisa encontramos importantes subsídios para pensar essa educação, pois trata-se de uma realidade em que o extrativismo da borracha deu origem a muitos trabalhadores da floresta e que representam a luta e a resistência pela terra de trabalho, assim como, pelo direito a educação como um aspecto fundamental a esses trabalhadores e suas famílias, que têm no campo o seu lugar de vivência e de crescimento.

Com os processos de transformação da Amazônia acriana, vemos surgir uma camada importante de trabalhadores sendo expropriados de suas localidades, ou seja, do interior do Estado para as periferias da cidade, sendo marginalizados, ocupados em subempregos e com pouco ou nenhum acesso à educação. Por este processo de expropriação fez-se necessário uma contrapartida do Estado com a implantação de políticas públicas de assentamentos rurais para tentar reverter este quadro de exclusão social. A seguir trataremos de um modelo de assentamento familiar, que está pautada neste propósito, são os Pólos Agroflorestais e como estes podem estar vinculados a uma nova perspectiva educacional.

5. Considerações

Quando tratamos de educação buscando refletir sobre ela a partir de uma ótica diferenciada, como é o caso da temática até aqui trabalhada, pensamos, mais do que apenas os estudos desenvolvidos no interior da sala de aula e do espaço geográfico a qual ela está inserida, pensamos especialmente, sobre o tempo, a história da qual os sujeitos moradores de assentamento fazem parte, e, portanto, tendo em vista um projeto educacional socialmente construído a partir das bases do campo.

Entender as lutas e os movimentos sociais forjados ao longo do tempo no Brasil, é uma forma de que em cada região desse país, predominam estruturas diferenciadas de trabalhar e viver na terra, mas que, nesta perspectivas de assentamentos rurais familiares, trazem aspectos de semelhantes, de resistência e luta pela terra de trabalho.

Falar das gentes do campo, dos vários campos, que existem no Brasil, é conferir o seu direito, mais que legítimo de ter sua história reconhecida e mais que isso, de continuar sendo escrita numa lógica em que esse espaço não esteja marginalizado, segregado ao atraso.

A partir da construção teórica que fazemos aqui esperamos criar bases de uma discussão geográfica em sala de aula, na qual, os alunos, os professores e a própria comunidade encontram-se envolvidos e participantes do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo desta discussão é senão propor, além de uma discussão e reflexão sobre educação sobre as bases rurais, mas ainda, uma contribuição a partir de algumas experiências vividas, a partir de pesquisas iniciais em áreas de assentamentos familiares em Rio Branco.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcia Regina et al (orgs). A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

BRAGA, Maria Cleonice B. O ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental: uma análise dos descompassos entre a formação docente e as orientações das políticas públicas. In: **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 1, n. 28, p. 45-66, jan.-jun. 2007 p. 129-148.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. In: KUENZER, Acácia; _____; GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 11-34.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção dos conhecimentos. 8ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20-26 de 2005, São Paulo. **Anais Universidade de São Paulo**, 2005.

LIMA, Maria Aires de; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; PEREIRA, Karla Raphaela Costa. Educação do Campo, Organização Escolar e Currículo: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro. In: **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.4, p. 1127-1151, out.-dez. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____ (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MUNARIM, Antonio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 15-26.